

TOLERÂNCIA POLÍTICA DA JUVENTUDE E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: O IMPACTO DOS FATORES SOCIOECONÔMICOS NA TOLERÂNCIA/INTOLERÂNCIA

GUILHERME SILVA DE OLIVEIRA¹; BIANCA DE FREITAS LINHARES²

¹Universidade Federal de Pelotas – guigsoliveira92@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – biancaflinhares@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Uma onda de protestos protagonizados pela juventude na América Latina trouxe à tona várias questões políticas. Dentre elas: o descontentamento em relação aos seus representantes e partidos políticos e a indignação com a corrupção existente no sistema político. A ação política da juventude, ator social definido como um *“producto histórico resultado de relaciones sociales, relaciones de poder, relaciones de producción que generan este nuevo actor social”* (BALARDINI, 2000), expressa de forma mais evidente as mudanças na cultura política de uma sociedade.

Assim, uma questão a ser observada em torno do processo de questionamento da política é a relação “tolerância x democracia”. A tolerância, que para Bobbio, “[...]consiste na abstenção e hostilidades para quem professa ideias políticas, morais ou religiosas julgadas como censuráveis.” (1998, p. 1245), se estabelece como um princípio fundador para a existência da democracia, pois é condição para o reconhecimento e identificação do regime com a liberdade, a possibilidade de questionamento de autoridades constituídas, a livre expressão de novas ideias e atitudes e muitas outras. Dessa forma, a tolerância produz um espaço permissivo para certas decisões individuais, porém é classificada como “uma concessão revogável e não ainda como direito irrevogável” (IDEM, 1998). Uma das obras mais importantes dos tratados de tolerância é a *“Carta sobre a Tolerância”*, de Locke, (BOBBIO, 1998), que debaterá a ideia de tolerância enquanto um dever a ser cumprido como princípio da Igreja, da magistratura eclesiástica e civil, e dos particulares, dando destaque para a separação entre Estado e Igreja (IDEM, 1998).

Fuks, Borba e Ribeiro (2018) vão analisar a intolerância como fruto do contexto, e não das questões individuais, que por consequência acaba sendo direcionada à determinados grupos - geralmente os convencionais, como partidos políticos - ao invés de grupos extremistas, principalmente em contextos de crise política somadas a grandes conflitos políticos e sociais (FUKS, BORBA, RIBEIRO, 2018). Enquanto no entendimento de Sullivan, Piereson e Marcus, a tolerância política compreende *“a willingness to ‘put up with’ those things that one rejects”*¹ (SULLIVAN, PIERESON, MARCUS, 1982, pag. 2), onde essa vontade permitiria a exposição de ideias e interesses divergentes por parte de outros grupos. Ainda na explicação deles, essa tolerância por si só “pressupõe oposição ou desacordo” (IDEM, 1982), pois se não há divergências não há o porquê da existência da tolerância.

Considerando o exposto, o estudo sobre tolerância é um tema debatido desde a filosofia política, que dá origem às Ciências Sociais, e que se preocupa com a preservação de minorias em regimes políticos e contra a tirania da maioria

¹ Tradução livre do autor:

“a vontade de aturar as coisas que outros rejeitam”

em Repúblicas democráticas (O Federalista, 1840; Tocqueville, 2005), estando este conceito contido dentro da cultura política.

O Brasil que era conhecido pela tolerância frente a sua diversidade cultural, étnica e religiosa, vem vivenciando episódios sucessivos de intolerância de todos os tipos, que são amplamente noticiadas em diversas mídias do país; registra também discursos e episódios de defesa do período da ditadura militar se enquadrando na ativação de uma “memória simbólica” de um mítico passado melhor, e com isso vem propiciando um ambiente acolhedor para o reaparecimento de práticas políticas que erodem princípios democráticos, dentre eles a perda de valores como tolerância. Episódios de intolerância, contudo, recebem registros cada vez mais frequentes em todo o mundo.

2. METODOLOGIA

A metodologia quantitativa e comparativa foi considerada a mais apropriada. Através da análise de dados secundários do Instituto LAPOP - Projeto de Opinião Pública da América Latina buscarei na pesquisa de 2019, fazer um levantamento das questões relacionadas às instituições democráticas, o binômio tolerância/intolerância, analisando as faixas-etárias de 16 a 29 anos no Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. Tratando os dados no software Stata 15.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Frente à pesquisa realizada para o TCC “Tolerância política, democracia e juventude”, de OLIVEIRA, vem 2019, foi possível obter alguns resultados que instigaram um interesse na ampliação da pesquisa para outros países latinoamericanos.

Desta forma, teremos duas Tabelas que mostram alguns casos mais gerais da posição da juventude acerca de fatores relacionados a parte institucional e de minorias políticas.

Tabela 1 - Posição da juventude frente a um golpe de estado

Idade	Quando há muito crime			Diante de muita corrupção		
	Se justifica	Não se justifica	Total	Se justifica	Não se justifica	Total
16 à 29 anos	77 37,02%	131 62,98%	208 100,00%	73 33,95%	142 66,05%	215 100,00%

Fonte: LAPOP/2018/19 – (OLIVEIRA, 2019, p. 43)

Nessa Tabela podemos observar que mais de 60%, em ambos os casos, acreditam em saídas democráticas para os problemas relacionados à criminalidade e corrupção. Apesar disso, torna-se preocupante que mais de 1/3, quase que 40% desta juventude, aponte que métodos autoritários e antidemocráticos sejam a saída para essas questões, visto que essa juventude estudada pertence a uma geração fruto de um período de redemocratização do país, após um longo período de regime militar na qual o Brasil viveu.

Tabela 2 - Tolerância da juventude em relação ao casamento entre homossexuais

Idade	Desaprova	Aprova	Total
-------	-----------	--------	-------

16 a 29 anos	167 37,19%	282 62,81%	449 100,00%
--------------	---------------	---------------	----------------

Fonte: LAPOP/2018/19 – (OLIVEIRA, 2019, p. 57)

Como aponta a Tabela acima, numa população de 449 jovens, 62,81% se demonstram tolerantes em relação ao direito ao casamento civil por parte dos homossexuais. Apesar disso, 37% ainda demonstram relutância acerca desse direito conquistado, o que se mostra preocupante, justamente por envolver mais de 1/3 da população jovem do Brasil, visto que vivemos num momento político e histórico no qual tem se intensificado as diversas formas de agressões à população LGBT, devido ao avanço de um sentimento de permissividade em relação a uma série de discursos conservadores.

Em relação a isso, a teoria de Gibson (2003) coloca que entende a tolerância enquanto um fator permissivo de contestação, além de atuação de minorias políticas nos espaços de disputas. Porém, por mais que com isso entendamos que é possível um grupo contestar o acesso aos direitos civis por uma determinada minoria política, é incompatível com a democracia o estabelecimento de uma desigualdade de acesso aos direitos que devem preservar a igualdade perante todos/as, e em consequência, o impedimento de fato destas minorias de se fazerem presentes nas disputas por cargos públicos.

Diante destes resultados, podemos observar que pouco mais de 1/3 das/os entrevistadas/os possui alguma tendência à intolerância em relação a determinados direitos de minorias políticas e questões acerca da estrutura democrática e da forma de atuação do Estado.

Esses dados mostram-se preocupantes, pois na última eleição percebemos que 1/3 votou num candidato que demonstrava respeito à democracia, outro 1/3 declarou apoio ao candidato que apontava publicamente desrespeito a democracia e as decisões democráticas, além de explanar discursos conservadores que atacam minorias políticas, mesmo estando perante um pleito fruto de um processo democrático, e outros 1/3 que não participarem da eleição, pois anularam o voto ou votaram em branco. Com isso, essa abstenção fez com que o candidato conservador e com posições autoritárias, representado por Jair Bolsonaro, vencesse o pleito eleitoral de 2018.

4. CONCLUSÕES

Desta forma, como resultado das análises realizadas surge o projeto de pesquisa para comparar o caso da juventude do Brasil com a de países como Uruguai, Argentina e Chile. Procurando responder qual o impacto de fatores socioeconômicos no nível de tolerância das(os) jovens latino-americanas(os) em relação as instituições democráticas e os direitos civis de grupos denominados “minorias políticas”?

Enquanto objetivo geral visa analisar a relação de fatores como escolaridade, renda, religião e idade com os níveis de tolerância/intolerância das(os) jovens, no ano de 2019 no Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, buscando compreender a postura destas(es) em relação às instituições democráticas e as minorias políticas. Estabelecendo os objetivos específicos: a) Identificar a religião das(os) jovens latino-americanos e seus respectivos níveis de tolerância; b) Verificar o nível de tolerância/intolerância das(os) jovens latino-americanos de acordo com a renda; c) Observar a escolaridade das(os) jovens latino-americanos e a relação com os níveis de tolerância; e) Cruzar os níveis socioeconômicos com



os níveis de tolerância/intolerância da juventude em relação às instituições democráticas e os direitos das minorias políticas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: UnB, 1998.
- BALARDINI, S. **De los Jovenes, La Juventud Y Las Politicas de Juventud**. In: ÚLTIMADÉCADA. Nº. 13. CIDPA – Viña Del Mar, septiembre. 2000. p.11-24.
- FUKS, Mario; BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo. **Polarização, antipartidarismo e tolerância política no Brasil**. In: 42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2018, Minas Gerais.
- GIBSON, J. L. **Political intolerance in the context of democratic theory**. In Rober E. Goodin (eds), *The Oxford Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 2009
- LOCKE, John. **A letter concerning tolertion**. Editado por J. Tully. Indianapolis: Hackett, 1983.
- OLIVEIRA, G.S. **Tolerância política, democracia e juventude no Brasil**. 2019. 119f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais Bacharelado) – Curso de Graduação em Ciências Sociais Bacharelado, Universidade Federal de Pelotas
- O FEDERALISTA. Hamilton, Alexander, 1757-1804. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp. 1804. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/17661>
- TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**. Martins Fontes São Paulo 2005. Vol 1 e 2.
- SULLIVAN, J.L.; PIERESON, J.; MARCUS, G. E.; **Political Tolerance and American Democracy: Illusory Increases 1950s-1970s**. *The American Political Science Review*, v. 78, p. 781-794, set., 1979